

ARGÜIÇÃO DE IMPEDIMENTO 28 DISTRITO FEDERAL

REGISTRADO	: MINISTRO PRESIDENTE
ARGTE.(S)	: CELSO JORGE DE GODOY JUNIOR
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
ARGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
ARGDO.(A/S)	: VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO DO SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Esta decisão é por mim proferida **em razão** de figurarem *como arguídos ou exceptos* os eminentes Ministros Presidente e Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, **justificando-se**, *em consequência*, **a aplicação** da norma **inscrita** no art. 37, I, do RISTF.

2. Trata-se de arguição de impedimento **oposta**, *simultaneamente*, **contra** os eminentes Senhor Ministro-Presidente e Senhora Ministra Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal (**RISTF**, arts. 279 e 287).

Verifico, *desde logo*, **que o signatário** da presente arguição – *que não é Advogado* – **não dispõe** de capacidade postulatória, **falecendo-lhe**, *por isso mesmo*, **a prerrogativa** de postular, *em juízo*, **em causa própria** (**CPC**, art. 36).

A **posse da capacidade postulatória** constitui pressuposto processual **subjetivo referente** à parte. **Sem que** esta **titularize** o “*jus postulandi*”, **configura-se hipótese de incognoscibilidade** da arguição (ou da exceção) formulada.

Isso significa, *portanto*, **que se impõe**, *na espécie*, **o não conhecimento** da presente arguição.

Nem se alegue, *de outro lado*, **que o direito de petição**, *por revestir-se de natureza constitucional*, **poderia** ser invocado **para legitimar a arguição**

(ou exceção) de impedimento por quem **não** dispõe de capacidade postulatória.

É que o entendimento jurisprudencial que esta Suprema Corte **firmou** a propósito do sentido, extensão e abrangência do direito de petição, tal como **previsto** no art. 5º, XXXIV, “a”, da Carta Política, **não autoriza** a possibilidade de reconhecer-se, **em favor de qualquer pessoa, a presença de capacidade postulatória**:

“Ninguém, ordinariamente, pode postular em juízo sem a assistência de Advogado, a quem compete, nos termos da lei, o exercício do ‘jus postulandi’. A exigência de capacidade postulatória constitui indeclinável pressuposto processual de natureza subjetiva, essencial à válida formação da relação jurídico-processual.

São nulos de pleno direito os atos processuais que, privativos de Advogado, venham a ser praticados por quem não dispõe de capacidade postulatória.”

(RTJ 176/99, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, interpretando o sentido e o alcance do direito de petição conferido à generalidade das pessoas pela Constituição da República, **já deixou assentado**, no entanto, que essa prerrogativa **não importa** em outorga, ao cidadão (que **não** é Advogado), de capacidade postulatória:

“O direito de petição não implica, por si só, a garantia de estar em Juízo, litigando em nome próprio ou como representante de terceiro, se, para isso, não estiver devidamente habilitado, na forma da lei. (...). Distintos o direito de petição e o direito de postular em Juízo. Não é possível, com base no direito de petição, garantir a bacharel em Direito, não inscrito na OAB, postular em Juízo, sem qualquer restrição.”

(RTJ 146/44, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – grifei)

“1. Não sendo advogado o peticionário, não tem capacidade postulatória.

2. O exercício do direito de petição, junto aos Poderes Públicos, de que trata o art. 5º, inciso XXXIV, ‘a’, da Constituição, não se confunde com o de obter decisão judicial, a respeito de qualquer pretensão, pois, para esse fim, é imprescindível a representação do peticionário por advogado (art. 133 da Constituição e art. 36 do Código de Processo Civil).”

(RTJ 153/497-498, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – grifei)

“– O direito de petição qualifica-se como prerrogativa de extração constitucional assegurada à generalidade das pessoas pela Carta Política (art. 5º, XXXIV, a). Traduz direito público subjetivo de índole essencialmente democrática. O direito de petição, contudo, não assegura, por si só, a possibilidade de o interessado – que não dispõe de capacidade postulatória – ingressar em juízo, para, independentemente de Advogado, litigar em nome próprio ou como representante de terceiros. Precedentes.”

(RTJ 176/100, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

“Mandado de segurança. Representação em juízo. A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Código de Processo Civil, art. 36. Ser-lhe-á lícito, entretanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal (...).

Não é invocável o art. 5º, XXXIV, letra ‘a’, da Constituição, quanto ao direito de petição, quando se cuida de postulação, de natureza jurisdicional (...).

Sem deter a condição de advogado, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, não é possível requerer mandado de segurança, em nome próprio ou de terceiros. Mandado de segurança a que se nega seguimento. Agravo regimental não conhecido.”

(MS 21.651-AgR/BA, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA – grifei)

O fato irrecusável é um só: **ninguém** pode postular em juízo sem a assistência de Advogado. A este compete, **ordinariamente**, nos termos da lei, **o exercício** do “*jus postulandi*”. **Impõe-se ter presente**, na análise dessa matéria, **a advertência** de VICENTE GRECO FILHO (“**Direito Processual Civil Brasileiro**”, vol. 1º/112-113, item n. 19, 6ª ed., 1989, Saraiva):

*“**Além da capacidade** de ser parte **e da capacidade** de estar em juízo, **alguém**, para propor ação ou contestar, **precisa** estar representado em juízo **por advogado** legalmente habilitado. (...).*

.....
*É **lícito** à parte postular em causa própria, isto é, ela mesma subscrevendo as petições (...) desacompanhada de advogado, **quando ela própria for advogado** (...).” (grifei)*

Atos processuais privativos de Advogado – tais como o de elaborar e subscrever petições **ou o de arguir o impedimento** de magistrados em geral –, **quando praticados por quem não dispõe de capacidade postulatória, são nulos** de pleno direito, **consoante** previa o **antigo** Estatuto da OAB (art. 76) **e, hoje, dispõe** o art. 4º, “*caput*”, da Lei nº 8.906/94. **Essa tem sido, no tema, a orientação** do Supremo Tribunal Federal (**RTJ** 117/1018).

Desse modo, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** da presente arguição de impedimento.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
(**RISTE**, art. 37, I)